



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ROSA MICHELE VIEIRA DE OLIVEIRA

**ENCHENTE DE ÁGUA E DE GENTE: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO
DA VILA DOS TEIMOSOS EM CAMPINA GRANDE (1982-1992).**

CAMPINA GRANDE - PB

2021

ROSA MICHELE VIEIRA DE OLIVEIRA

**ENCHENTE DE ÁGUA E DE GENTE: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO
DA VILA DOS TEIMOSOS EM CAMPINA GRANDE (1982-1992).**

**Trabalho de Conclusão Curso
(Monografia) apresentado ao Curso de
Licenciatura em História do Centro de
Humanidades da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
História.**

Orientador: Professor Dr. Luciano Mendonça de Lima.

CAMPINA GRANDE - PB

2021



048e Oliveira, Rosa Michele Vieira de.
Enchente de água e de gente : o processo de ocupação da Vila dos Teimosos em Campina Grande (1982-1992). / Rosa Michele Vieira de Oliveira. - 2021.

50 f.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia (Curso de Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades.

1. Vila dos Teimosos - Campina Grande - PB. 2. Luta por moradia. 3. Ocupação - Vila dos Teimosos - Campina Grande - PB. 4. Direito à cidade. 5. Direito à moradia. 6. História oral. 7. Jornal Diário da Borborema. 8. Jornal da Paraíba. 9. Jornal Gazeta do Sertão. 10. Movimento social por moradia. I. Lima, Luciano Mendonça de. II. Título.

CDU:94:347.254(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ROSA MICHELE VIEIRA DE OLIVEIRA

**ENCHENTE DE ÁGUA E DE GENTE: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO
DA VILA DOS TEIMOSOS EM CAMPINA GRANDE (1982-1992).**

**Trabalho de Conclusão Curso
(Monografia) apresentado ao Curso de
Licenciatura em História do Centro de
Humanidades da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
História.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Luciano Mendonça de Lima.
Orientador – UAH/CH/UFCG**

**Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires.
Examinador I – UAH/CH/UFCG**

**Professor Dr. Gervácio Batista Aranha.
Examinadora II – UAH/CH/UFCG**

Trabalho aprovado em: 2021.

CAMPINA GRANDE - PB

DEDICATÓRIA

Dedico a Goretti. Minha querida mãe, que apesar de qualquer dificuldade, sempre foi um exemplo de força para mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que permitiram que este trabalho fosse um dia escrito. Seja por possibilitarem ao longo da história que fossem criadas oportunidades para que eu fosse hoje a primeira da minha família a me formar em uma Universidade, como por terem financiado minha formação na universidade pública. Espero, enquanto professora, poder servi-los.

Também a minha família, em especial a minha mãe e minha avó, por serem tão enfáticas em me apoiar em todas as decisões que trilhei nos últimos anos (seja profissionalmente ou na minha vida pessoal) e pela base que criaram para mim, com seu aconchego ou mesmo as suas palavras duras. Sem elas, dificilmente teria aprendido a ter coragem para assumir os pesos da vida como eles são.

Ao Prof. Luciano Mendonça, meu orientador nesse trabalho, que desde início apoiou minha escolha de tema e se mostrou bastante acessível e atencioso comigo e minha pesquisa. Obrigada por todas as sugestões, correções e puxões de orelha, todas foram de grande valia para mim.

Ao PET e todos os seus membros, direciono meu mais sincero agradecimento também, em especial na pessoa do meu querido tutor, Prof. Dr, Luciano Queiroz, que me fez perceber ao longo do curso que era possível viver a História para além dos livros e teorias que liamos na sala de aula, mas também na vida prática, no cotidiano e nas lutas sociais, obrigada por me fazer perceber que a História é viva e contínua. Cito também os colegas de programa, pessoas que continuam na minha vida, mesmo que não tão proximamente, mas que me marcaram de forma especial: Arthur, Alex, Mikaelly, Janiel, Ismael e Ana Paula.

Agradeço muito a todos os meus amigos e amigas que, de verdade, me ajudaram em tantos altos e baixos, confesso que dificilmente teria emocional para terminar este texto sem suas palavras e apoio todos os dias, ainda mais durante esse período de pandemia que vivemos em 2020 - 2021. Vocês sempre acreditaram no meu potencial, mesmo quando eu mesma achei que ele não existisse. Cada momento de conversas nossas, sejam as mais sérias ou de brincadeiras, foram de extrema importância para mim e lembrarei para o resto da vida com muito carinho. Aqui cito em especial: Renally, meu ídolo Jhon, Dani, Sabrina, Iza, Isabel, Felipe, Maila, Aninha, Brenda, Mayara, Mirelle, Carol e Milena. A Fernanda também agradeço pelos anos incríveis e experiências indescritíveis que vivemos ao longo de quase todo meu percurso na graduação. Obrigada por me ajudar nos piores momentos e por também estar presente nos melhores, nas discussões de textos e ideias. Foi também você que sugeriu pela

primeira vez o que hoje é o tema deste trabalho, então, ele definitivamente não seria o que é hoje sem você e suas opiniões.

Dedico também um parágrafo para agradecer a minha companheira, Brenda. Agradeço por todo o apoio, carinho e cuidado durante a escrita desse trabalho. Você o acompanhou e leu desde o primeiro parágrafo (sendo minha primeira leitora), me acalmando em relação a todas as minhas inseguranças intelectuais e animando nos dias de maior cansaço. Se ele hoje existe, materialmente, tem muito de você por entre essas linhas também.

Por fim, agradeço a turma 2016.1, definitivamente a melhor turma de história que passou pela UFCG e que proporcionaram muitos momentos de reflexão, risadas e algumas ressacas também. Em especial cito Éverton, Karol, Edvânia, Erik, Raquel, Raí, Lucas, Michell e Tarcísio. Também, a todos os professores da unidade de História que tive contato, sejam em disciplinas ou conversas de corredor, mas que de alguma forma contribuíram para a minha formação. Além disso, agradeço também a todos os trabalhadores que fazem a UFCG funcionar, do pessoal da limpeza, às copiadoras e lanchonetes (obrigada pelos lanches incríveis Marcos!).

Se o político é um historiador (não apenas no sentido de que faz a história, mas também no de que, atuando no presente, interpreta o passado), o historiador é um político; e, neste sentido (que, de resto, aparece também em Croce), a história é sempre história contemporânea, isto é, política.

Antonio Gramsci.

RESUMO

Temos como objetivo analisar de que forma se deu o processo de ocupação da “Vila dos Teimosos”, inserindo-o no contexto de anos finais da Ditadura Militar no Brasil e nos primeiros anos posteriores ao regime, entre os anos de 1982 e 1992, observando as lutas e resistências operadas pelos seus moradores para garantir o seu direito à moradia. Compreendendo como os movimentos populares operaram de forma decisiva no ritmo tomado no processo de transição para fim da ditadura. Para tanto, utilizaremos de relatos orais de moradores que participaram da ocupação ou que cresceram na localidade e recortes de jornais como Diário da Borborema, Jornal da Paraíba e Gazeta do Sertão, para tentar reconstruir como se deram as resistências que permitiram que ainda na atualidade houvessem pessoas nesta localidade. Nossa análise tem como alicerce o materialismo histórico e o conceito principal do nosso trabalho é o direito à cidade, apoiado nas reflexões de David Harvey.

Palavras-chave: Ditadura; Vila dos Teimosos; Luta por moradia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional;

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde;

CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular;

DCE – Diretório Central dos Estudantes;

PDS – Partido Democrático Social;

PIB – Produto Interno Bruto;

UDN – União Democrática Nacional;

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba;

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande;

UFPB – Universidade Federal da Paraíba;

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo;

SEDHIR – Setor de Documentação e História Regional.

SUMÁRIO DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Favelas de Campina Grande na década de 1980	30
Imagem 2: Recorte da Gazeta do Sertão onde são apontados alguns dos terrenos ocupados em 1983	31
Imagem 3: Fala do coordenador para trabalhos especiais sobre as ocupações	32
Imagem 4: Ronaldo vai pôr 78 famílias na rua. E agora?	33
Imagem 5: Localização inicial e a atual da “Vila dos Teimosos”	36
Imagem 6: Recorte sobre a ocupação da “Vila dos Teimosos”	38

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1: Motivos que levaram os moradores a ocupar a “Vila dos Teimosos”	39
Tabela 2: Origem dos “teimosos”	41

SUMÁRIO DE GRÁFICOS

Gráfico 1: De onde partia a renda dos “teimosos”	42
--	----

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I: Os fios que se conectam	19
1.1. Transição?	19
1.2. Quando os movimentos sociais reflorescem	22
1.3. A questão da moradia no período de distensão	24
Capítulo II: O movimento acontece	28
2.1. Movimentos por moradia em Campina Grande	28
2.2. O caso das demolições de casas em 1983	31
Capítulo III: A teimosia como resistência	35
3.1. Entre enchentes, pobreza e a ação estatal: nascem os “teimosos”	35
Considerações finais	44
Referências	46

INTRODUÇÃO

O movimento

Mas de onde vem a falta de habitações? [...] ela é um produto necessário da forma burguesa de sociedade; que não pode existir sem falta de habitação uma sociedade em que a grande massa trabalhadora depende exclusivamente de um salário, ou seja, da soma de meios de vida necessária à sua existência e reprodução.¹

Vivemos em uma sociedade e ela, até o momento da escrita desse trabalho, está inserida em um sistema econômico/social que chamamos de Capitalismo. Nessa sociedade, algumas características se destacam não apenas do ponto de vista teórico, mas também nas vivências das populações e aqui nos referimos principalmente à classe trabalhadora. A falta de habitação/habitações em péssimas condições é uma dessas características. Como compreende Engels, na citação acima, intrínseco ao sistema capitalista existe a mórbida falta de locais salubres destinados à habitação daqueles que vendem sua força de trabalho e isto não se trata de um acaso, mas de um produto que foi intencionalmente pensado.

Contudo, esta situação posta não é um fim em si mesma. Não é uma situação estática e imutável, nem simplesmente aceita pelas populações imersas a ela. Nesse contexto, a produção de experiências acontece, mesmo que não planejada previamente nas condições objetivas dadas². As populações de trabalhadores se articulam e, em conjunto (devido sua identificação com uma causa em comum), movimentam-se. Não apenas reivindicam por esse direito como, na prática, produzem e modificam espaços no campo e cidade. A contradição é movimento.

Desse movimento surgem muitas histórias entrelaçadas, então, às circunstâncias existentes e transmitidas; a humanidade atua dentro desses termos e não livremente³. Aqui pretendemos refletir sobre histórias que se entrelaçam na luta por moradia e o direito básico de usufruir dos espaços da cidade. O direito à cidade. Um direito que vai além da ideia de possuir um teto para morar, mas de poder viver a cidade sem restrições, poder reinventar espaços de forma coletiva, exercendo poder real sob os processos de urbanização, enfim, ter acesso aos recursos pertencentes a cidade de forma integral.⁴

¹ ENGELS, Friedrich. Para a Questão da Habitação. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/habita/index.htm>. Acessado em: 02/03/2021.

² KOWARICK, 1988, p. 18.

³ MARX, 2011, p. 25.

⁴ HARVEY, 2014, p. 28.

Nossa história se inicia em 1982 e tem como plano de fundo um período de repressão e supressão de direitos que ocorreu na História do Brasil e que ficou conhecido como Ditadura Militar. A ditadura teve seu início no ano de 1964 e fim em 1985, dessa forma, nosso objeto de estudo está inserido nos anos finais da Ditadura Militar. Porém, ao contrário do que alguns podem afirmar, não concordamos com a ideia de que por se tratar dos anos finais não se refere mais a um contexto de repressão ou como uma “ditabranda”, compreendemos como um processo de crise do regime e de ressurgimento dos movimentos, mas, ainda assim, Ditadura.

A cidade onde se passa a nossa história é Campina Grande, uma cidade do interior do estado da Paraíba, mas que possui uma grande população e recebe muitas pessoas das cidades menores do estado e mesmo de estados vizinhos. Contudo, o problema da habitação também é um reflexo nessa cidade e no contexto dos anos 1970 em diante (nesse período, de um ponto de vista global, além da crise econômica, também entrou em evidência a questão demográfica⁵) podemos verificar várias movimentações de trabalhadores nesse sentido de busca por se afirmar em um local que pudessem construir suas casas. Foi o caso do Pedregal, Cachoeira, Malvinas e também nosso foco, a Vila dos Teimosos.

Assim, podemos verificar que também em Campina Grande, como em outros lugares, as populações se movimentaram no sentido de construir seus espaços de morar e viver suas vidas, mesmo que, isso não fizesse parte dos planos do Estado e dos interesses burgueses defendidos pelos governantes da época. Por meio de ocupações (esse ato de se organizar coletivamente e ocupar determinado espaço, seja de forma temporária ou não, construindo acampamentos ou casas para se fixar) a população reivindicou o direito que não estavam tendo acesso, que é o de ter acesso a moradias/locais para construir suas casas. Pois, concordamos com a visão de Gramsci ao afirmar que “todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador” (GRAMSCI, 1934, Caderno 25) e estudar a história dos de baixo, pessoalmente, urge como um dever (já que também morei na comunidade aqui estudada, a Vila dos Teimosos).

Mas, é importante frisar que a permanência dessas pessoas nesses locais não se deu de forma pacífica e/ou acolhedora por parte do Estado, muitas vezes essas pessoas foram expulsas (ou tentaram expulsá-las), uma vez que não se tinha o interesse de que permanecessem naqueles locais durante aquele período e, menos ainda, que construíssem suas casas ou tomassem posse

⁵ LIMA, 2012: 162 – 179.

das casas já existentes (como no caso do conjunto habitacional que hoje é as Malvinas), a ação da polícia, por exemplo, foi constante no que diz respeito a essa repressão.

Para tratar desse assunto, usaremos algumas fontes que ajudam a compreender um pouco do que aconteceu na história da Vila dos Teimosos no ano de 1982, quando sua ocupação foi iniciada. Entre essas fontes estão principalmente recortes de jornais da época (Gazeta do Sertão, Jornal da Paraíba e Diário da Borborema) com reportagens que trazem algumas ações de populares de Campina Grande em alguns bairros, como, por exemplo, o bairro que hoje é conhecido como Palmeira, mas em algumas reportagens é referenciado na época como “sítio Palmeira”.

Também uma reportagem que remete aos primeiros dias da ocupação na Vila dos Teimosos, quando as primeiras casas de taipa começaram a ser construídas pelos “teimosos” da vila. De forma que poderemos verificar um pouco das ações que estavam acontecendo e também refletir sobre como esses jornais que circulavam na cidade da época retratavam a luta desses trabalhadores durante suas reivindicações por melhores condições de moradia. Importante enfatizar a noção do uso dos jornais apenas como uma visão, no geral, a visão “oficial” sobre a História, então, partimos de um ponto de vista crítico e usamos Gramsci para compreender um pouco do papel do jornal e do jornalista enquanto intelectual orgânico e representante dos ideais de uma classe dominante. As reportagens do Gazeta do Sertão e do Jornal da Paraíba foram recolhidos através de pesquisa no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, enquanto a reportagem retirada do Diário da Borborema é oriunda de pesquisa presencial no arquivo da UEPB, na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

Também realizamos três entrevistas com moradores da “Vila dos Teimosos” que participaram da ocupação, ajudaram a construir as primeiras casas ou que, ainda crianças, se mudaram para Vila acompanhando pessoas da sua família que também ocuparam. Nossos três entrevistados são Francisco Nascimento, conhecido na comunidade como “Santo da Terra” e é secretário da Associação de Moradores da Vila, Yvan da Silva, que é o presidente da associação e Marinaldo Tito da Silva, que cresceu na comunidade e trabalha como vigia noturno. As entrevistas de Yvan e Francisco foram realizadas no dia 21 de fevereiro de 2020 e a entrevista com Marinaldo ocorreu no dia 14 de março de 2020.

Além disso, contamos com um material produzido no ano de 1992 na UFCG através de um subprojeto de pesquisa intitulado “A luta por moradia e a redefinição do espaço urbano em

Campina Grande – 1964 – 1990” e organizado pelo Dr. Iranilson Buriti. Esse material foi localizado no SEDHIR e é basicamente um questionário que tenta traçar um pouco do perfil social e econômico dos moradores da localidade naquele período (vale reforçar que não se trata de um material coletado durante o período em que, de fato, o processo de ocupação ainda estava se desenrolando, uma vez que foi feito em 1992, porém, fica claro nas respostas obtidas de que grande parte dos participantes da pesquisa ainda eram as pessoas que haviam participado da ocupação entre os anos de 1982 e 1985). É importante frisar, a respeito desse material, que as perguntas não foram respondidas pelos moradores de forma que eles próprios preenchessem, pois como fica exposto no próprio questionário, a maioria deles não sabiam ler ou escrever, sendo assim, os próprios pesquisadores envolvidos realizavam o preenchimento dos dados informados por eles.

Entre os dados questionados e respondidos pelos participantes da pesquisa estão: o motivo pelo qual decidiram ir morar na ocupação da “Vila dos Teimosos”, qual era a principal atividade realizada para geração de renda dessas pessoas, se eram alfabetizadas e os locais de onde moravam antes de se fixarem no novo local. Os resultados indicam um perfil pobre, de origem rural e de pouco ou nenhum letramento.

Para refletir sobre todo esse contexto já explicitado nos parágrafos anteriores, pretendemos seguir nossas reflexões à luz do materialismo histórico, nos concentrando dentro do que podemos chamar de História Social. Mas por que essa definição? Ora, porque almejamos analisar a existência de seres humanos, aqui no nosso caso, os ocupantes da Vila dos Teimosos, dentro de um contexto histórico recortado e de acordo com as relações materiais da sociedade em que estavam inseridos, ou seja, entendendo que os homens e mulheres não fazem sua história descolados da realidade dada em que estão inseridos e, também, compreendendo que essa realidade é herdada de gerações passadas.

Assim, entendemos que se em 1982 um grupo de pessoas em Campina Grande, cidade do interior da Paraíba, decidiu se organizar coletivamente e ocupar um terreno que estava sem cumprir qualquer funcionalidade para a sociedade, estavam sim agindo a partir de suas consciências, mas sem deixar de serem influenciados por questões que os cercavam. O próprio fato de precisarem agir e autoconstruir suas próprias casas nesse local diz respeito a um contexto preexistente e que interfere diretamente nas suas histórias.

Os principais autores que vem a nos auxiliar nessa empreitada de compreender um pouco dessa história são o próprio Karl Marx, que muito contribui na concepção desse fazer dos homens e mulheres na história, além de ajudar em muito na compreensão dos interesses existentes dentro do sistema econômico em vigência nesse período, o Capitalismo, tal como a compreender as contradições e embates postos nessa trajetória, como em tantas outras, entre classes sociais.

Friedrich Engels também se faz importante na nossa reflexão no que diz respeito a discussão dos interesses de classe em relação à moradia, bem como de que forma os interesses burgueses vem a interferir na forma de organização da cidade e, conseqüentemente, na forma de morar e viver dos trabalhadores. Nesse sentido, entendemos a falta de moradia como um elemento necessário dentro da sociedade burguesa, sendo intrínseca a sua ordem. Dessa forma, vemos as ações de ocupação de terrenos como atos de resistência a esta ordem que tenta ser imposta.

Um conceito que se torna muito importante para nós, com o intuito de discutir as condições de moradia e a organização urbana é o de “direito à cidade”, como já foi referenciado anteriormente. Para pensarmos esse conceito partimos das reflexões do geógrafo britânico David Harvey, partindo do pensamento de Henri Lefevbre⁶, que primeiro se dedicou a reflexão em torno desse conceito. Compreendendo o direito à cidade para além da questão da moradia, mas incluindo toda a noção de cidade, uma vez que propõe a participação de todos na construção e reinvenção de uma cidade que permita ao coletivo ter poder de decisão sob o processo de urbanização (uma vez que dentro da lógica capitalista dessa sociedade temos processos que são geridos pelas classes dominantes sem qualquer preocupação com a classe trabalhadora, o que resulta nas problemáticas habitacionais).

Dentro disto, temos os movimentos sociais que se constituem na luta por melhorias no que diz respeito ao acesso a moradia no Brasil, como vemos descrito no livro de Lúcio Kowarick “As lutas e a cidade” que traça um panorama histórico sobre as reivindicações da classe trabalhadora em relação a ocupação do espaço urbano na cidade de São Paulo, desde o período onde o centro da cidade era repleto de cortiços até a década de 1980 e o contexto de luta nos bairros e sindicatos.

⁶ LEFEVBRE, 2001: O direito à cidade.

Também na Paraíba esse assunto foi trabalhado, como no livro de Mariana Fialho Bonates, “Ideologia da casa própria... sem casa própria”, onde a autora, refletindo do ponto de vista da Arquitetura, discute algumas questões teóricas sobre o que se entende por “habitação” e reflete sobre o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) na cidade de João Pessoa. Também sobre Campina Grande, nosso recorte espacial, vemos trabalhos que se preocupam em pensar, mesmo que de uma perspectiva diferente da nossa, a formação de bairros, como o trabalho de Hilmaria Xavier Silva que discute sobre as vivências e memórias de moradores do bairro do Glória, no seu livro “A invenção de um lugar”. Neste trabalho, a autora pensa, a partir de autores como Certeau, analisando os populares como produtores de cultura, levando em consideração aspectos como a “inventividade” dos populares nas ocupações, o que difere da nossa visão, uma vez que compreendemos que as ações desses trabalhadores podem até ter uma carga de inventividade, mas que se estão inseridos nessas situações é devido as condições materiais que estão imersos, não produzem essa realidade apenas pela sua criatividade, mas porque necessitam, tendo em vista que não possuem moradias ou condições financeira para pagar alugueis, precisando buscar outras formas de morar. Temos também a monografia de Caline Mendes de Araújo que trabalha, a partir da Geografia, o processo de urbanização que se deu no bairro Rosa Mística, antes conhecido como “Buraco da Jia”, desde sua origem na década de 1950 até os dias atuais.

Há um quesito também que nos é importante para compreender os embates dados durante esse processo de ocupação, não apenas da Vila dos Teimosos, mas também de outros bairros de Campina Grande, que é a Ditadura Militar. Apesar de existirem alguns autores que buscam relativizar os anos finais da ditadura, se referindo como “ditabranda”, como se os anos finais da ditadura, por tratarem-se de anos de um processo de crise do golpe e abertura social, não pudessem ser incluídos no todo da ditadura, negando assim toda a repressão e supressão de direitos que ainda ocorreu durante esses anos. Para se aprofundar mais nessa questão partiremos principalmente do livro organizado por Demian Bezerra de Melo chamado “A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo” onde vários autores se dedicam a apontar as falhas desse pensamento revisionista.

Enfim, sobre a Vila dos Teimosos, percebemos a carência de uma produção historiográfica sobre a sua construção, uma vez que não há produções sobre ela. Localizamos, porém, produções que dizem respeito a Vila localizadas em outras áreas, como na Geoambiência e Recursos Hídricos do Semiárido, com a monografia da especialização de

Ângelo Silva Brito, pela UEPB, e que trabalha os impactos naturais urbanos na localidade. Também incluímos na geografia os trabalhos de Éllida Fabrícia Vilarim Ferreira e Macielle Maria dos Reis que abordam a temática da segregação socioespacial na Vila dos Teimosos. Tendo em vista esse quadro geral feito até então, percebemos a importância de nossa pesquisa ao trazermos uma nova perspectiva sobre a temática, incluindo um olhar da História para a discussão sobre o tema. Tanto do ponto de vista da relevância social de se tratar sobre a uma questão tão importante como a da habitação, como contribuir um pouco para produção histórica sobre a cidade de Campina Grande.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: neste primeiro momento, pensamos um geral sobre nosso tema estudado, nossas referências teóricas e as fontes que nos ajudam a tecer essa história sobre os “teimosos”. No primeiro capítulo buscamos refletir sobre o processo de saída do Brasil da Ditadura Militar e aspectos que estão envolvidos nesse processo, como os interesses das classes dominantes e as pressões populares ocorridas no período. No segundo capítulo, desenvolvemos algumas reflexões sobre os movimentos por moradia em Campina Grande/PB durante a conjuntura de transição da ditadura, verificando a repressão sofrida por essas massas populares por parte dos representantes do governo. No terceiro e último capítulo nos dedicamos a verificar algumas particularidades da ocupação da “Vila dos Teimosos”, nosso objeto, utilizando de fontes jornalísticas, questionários e relatos orais dos moradores.

CAPITULO I

OS FIOS QUE SE CONECTAM

A teia de uma aranha pode possuir mais de uma finalidade, não apenas capturar insetos, mas também enclausurá-los para se alimentar deles em outro momento, serve também para prender seus ovos e, sendo assim, é composta por mais de uma partes distintas que se conectam ao todo e que juntas compõem o resultado final que conhecemos.

A História é como essa teia feita de diferentes partes que se conectam e, por fim, pode ser lida e estudada como um acontecimento, que não é dissociado do todo e que pode e deve ser analisado a partir dessas conexões da teia. Sem perder de vista as noções já colocadas por Bloch⁷, a História é uma ciência que a todo momento dialoga com o passado, mas ao mesmo tempo com o presente e, enquanto ciência, não pode tomar os testemunhos (as fontes, seja qual for a forma como se apresentem) como verdades irrefutáveis, mas como leituras feitas no período sobre o que estava acontecendo e que partem de diferentes interesses.

1.1 Transição?

Em 1964, tivemos o início de um período da história do nosso país que marcado pela supressão de direitos, torturas, negação da liberdade de expressão e da liberdade de se posicionar e se organizar politicamente, além de uma clara predominância de interesses econômicos de um grupo empresarial, sobressaindo até mesmos aos interesses que eram nacionais. Esse regime ao qual nos referimos é a Ditadura Empresarial-Militar⁸, que se prolongou por mais de 20 anos no país. Entre os anos 1974 e 1985 nos inserimos em um contexto de “abertura” e crise do regime, o que levou ao seu fim em 1985. Pois sim, consideramos que esse regime não termina ao fim do AI-5, como defendido por alguns autores revisionistas, defendemos que periodicidade mais adequada se prolonga para esses anos da “transição” também, pois, apesar das mudanças que estavam ocorrendo, o controle dos militares, a 8 do Estado dos interesses da classe burguesa continuaram acontecendo, até mesmo

⁷ Referência as reflexões feitas por Marc Bloch em seu livro “Apologia da história”, obra deixada de forma inacabada devido morte de seu autor em 1944 e que publicada em 1949 por Lucien Febvre.

⁸ Em “1964: a conquista do Estado” René Armand Dreifuss desenvolve, no capítulo IX chamado “O complexo IPES/IBAD no Estado – A ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica” a tese de que para além do carácter militar, fortemente enfatizado por pesquisadores ao pensar a ditadura no Brasil, houve também, o que pode se dizer, uma grande influência e participação civil nesse movimento, mas, o grupo civil que atuou fortemente, inclusive em cargos técnicos dentro do regime foram, essencialmente, empresários, industriais e banqueiros em sua maioria.

pela forma como se desenvolveu essa passagem (como discutiremos mais à frente). Começamos nossa história a partir deste ponto da teia.

A partir de então entrou em marcha uma democratização ou um processo de “liberalização” lento, gradual e seguro, nos moldes iniciados por Ernesto Geisel durante o seu governo. O autor Gelsom Rozentino de Almeida indica que esse processo, que chama de “distensão”, da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil ocorreu, mas, a partir de cima, ou seja, por meio de ações do então governo militar que estava em vigência, mas ele não exclui a ação da oposição enquanto um elemento bastante importante para esse movimento transicional⁹. Mas qual seria o interesse por trás das ações do governo para iniciar um desmonte do seu próprio regime?

Esse processo de transição ocorre dentro de uma conjuntura de crise econômica no país, que pode ser apontada muitas vezes como o motivo principal para esse período do governo, porém é também muito importante frisar que partir do ponto de vista da economia, apenas, não dá conta de todo o acontecimento que nos referenciamos. Por exemplo, em 1974 se tem um avanço institucional da oposição, alcançado sua maioria no Senado. É sabido que se tratava de uma oposição consentida, mas ainda assim uma oposição e sua vitória institucional por meio do aparelho eleitoral teve impactos, como a dificuldade que o governo passou a ter para alcançar maioria na votação de seus projetos após essa vitória. Também foram alcançadas: a lei de anistia, o fim do ato institucional número cinco e ressurgiu o pluralismo partidário na política brasileira.

Além disso, podíamos verificar contradições internas dentro do seio da contrarrevolução, com os problemas na economia, um setor que antes estava alinhado com os militares no seu projeto (devidos os ganhos que poderiam angariar com ele), o que Almeida chama de “afinidade eletiva”, passa por transformações. Ou seja, esses grupos empresariais/burgueses viram no regime uma forma de obter lucros e foram contundentes em apoiá-lo (independente dos meios utilizados pelo regime), mas, a partir do momento que os mecanismos do regime não mais estiveram representando tão bem os interesses desses grupos, ele se tornou passível de críticas também, já que era um entrave para o desenvolvimento de novas práticas por esses grupos almejadas.

⁹ ALMEIDA, 2011, p. 30.

Em 1964, os grupos burgueses haviam se alinhado no estabelecimento de relações com o capital financeiro internacional, na tomada do Estado para modernização do capitalismo no país e para isso se utilizaram de um modelo político autocrático. A abertura política por parte do governo tinha, em grande medida, a intenção de lidar com a questão econômica e atender seus aliados do grupo empresarial, mas sem abrir espaço para que a oposição mais contundente obtivesse local para suas movimentações e críticas contra o regime. Como reflete Florestan Fernandes em 1975¹⁰:

[...] está em curso uma dupla “abertura”. Ela não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa: 1ª) por pretender ampliar e consolidar a democracia de cooptação, abrindo-a “para baixo” e para a dissidência esterilizada ou esterilizável; 2ª) por querer definir o alcance do poder legítimo excedente, que deve ser conferido constitucionalmente e legalmente ao Estado autocrático. Não se trata de um “retorno à democracia”, que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para uma experiência democrática autêntica. O que as classes burguesas procuram é algo muito diverso. Elas pretendem criar condições normais para o funcionamento e crescimento pacíficos de uma ordem social competitiva [...].¹¹

Além dessa pressão interna já citada, podemos também comentar alguns fatores externos que foram marcantes para este desenrolar do processo de distensão. A crise econômica mencionada não apenas ocorria dentro de território nacional, mas impactou praticamente todos os países¹². Foram adotadas nos Estados Unidos medidas como a desvalorização de sua moeda, de forma a causar prejuízos para todos os países e investidores que praticavam o acúmulo do dólar como uma forma de reserva cambial. A alta no preço do petróleo também impactou diretamente a economia brasileira, uma vez que ele era um elemento importante para o desenvolvimento industrial dos países. Em decorrência disso, o preço ajustado do petróleo foi repassado para os valores dos produtos exportados por esses países para os países que não produziam esses bens industrializados. A economia brasileira foi diretamente impactada por essas mudanças no setor econômico exterior, pois “pautava seu desenvolvimento em empréstimos externos e importava 80% do petróleo consumido” (LIMA, 2012, p. 147). Além disso, a opinião pública externa não via mais com bons olhos a imposição de regimes como o que se via imposto no Brasil.

¹⁰ Em A Revolução Burguesa no Brasil.

¹¹ FLORESTAN, 2006, p. 421.

¹² LIMA, 2012, p.145.

Sendo assim, o desejo do regime configurava-se, como o que Almeida se refere, em uma espécie de “autoritarismo atenuado” ou, no máximo, uma espécie de “pluralismo resguardado” por um controle centralizado¹³ militar, que se tratava de um processo de transformação no regime existente, mas a partir de moldes permitidos pelos militares e resguardando os interesses dos grupos que o regime até então estava preocupada em proteger. O que, contudo, não se desenrolou por completo como era o planejado e esperado, uma vez que apesar dos esforços empregados pelo regime da Ditadura de manter a oposição mais ferrenha mais abafada, continuavam escapando pelas brechas diversas ações dos setores de oposição. E essas ações, apesar de não terem irrompido em uma dissolução do regime por baixo, foram muito importantes e impactaram diretamente na forma como as classes dominantes pretendiam que a transição ocorresse, sendo assim, consideramos que a ação popular e de grupos que se posicionaram contrários ao golpe em seus anos finais foram muito importantes para o resultado e pelo ritmo tomado nesse processo. E esses movimentos foram vários, como poderemos observar no tópico a seguir.

1.2 Quando os movimentos sociais reflorescem

A ação dos movimentos sociais ao longo da Ditadura, mesmo com toda a repressão sofrida (de diversas formas duras e mais sanguinolentas possíveis), foi de extrema importância para que o regime tenha se encaminhado para o seu fim, apesar de, como observamos anteriormente, o processo de distensão ter ocorrido no Brasil a partir de cima, ou seja, seguindo os interesses das classes dirigentes do país. A ação dos populares organizados nesse período foi essencial para ditar o ritmo em que ocorreu a “transição”, devido à pressão por eles exercida contra o governo por meio das suas reivindicações.

Um dos movimentos que mais se destacou nessa conjuntura foi o movimento dos operários, em torno das fábricas. No ABC paulista, por exemplo, em torno dos anos 1978 e 1979 se passam a construir greves e construir comissões internas nas fábricas para burlar o controle sindical imposto pelo regime ao longo dos anos desde 1964 e amadurecendo suas reivindicações em torno das formas de exploração que vivenciavam, sobre sua jornada de trabalho, ritmo acelerado imposto, baixos salários e todas as medidas empenhadas pelo empresariado para intensificar a exploração desses grupos operários.¹⁴

Toda essa movimentação, por meios de greves e demais atividades dos operários se constituiu como um ponto de partida para o processo de reorganização do movimento dos

¹³ Idem, *ibidem*, p. 35.

¹⁴ SADER (org.), 1987, p. 27.

operários e também para o movimento sindical. É nesse contexto, por exemplo, que vai surgir a base para criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa movimentação ultrapassou as fronteiras de São Paulo e passou a se desenhar em outros estados do país também e, para além apenas das áreas da indústria e da metalúrgica, se expandindo para outras áreas de atuação.¹⁵

Os movimentos organizados pelas mulheres, baseados nas diferentes leituras possíveis do feminismo, também estiveram presentes e participativos no contexto de distensão e auxiliaram na contraposição popular a Ditadura Empresarial-Militar. Em meados de 1970, por exemplo, já era possível identificar protótipos de organizações, vinculados aos Clubes de Mães da Igreja Católica e das mobilizações em torno do Movimento Contra a Carestia, se encaminhado para em 1979 ocorrer o I Congresso da Mulher Paulista que resultou no lançamento do Movimento de Luta por Creches, que em 1982 ganhou muita força e representou um importante meio político de reivindicações das mulheres das classes populares paulistas.¹⁶

Na Paraíba também, o movimento dos estudantes ao longo da sua história também traçou diálogos com os movimentos dos trabalhadores, servindo como uma importante base aliada em suas movimentações, sendo uma das primeiras organizações atacadas pelo regime militar ao ser instaurado no país. Já em 1976, na Paraíba, é possível verificar uma certa organização por parte dos estudantes em ciclos de debates, organizados pelo DCE da UFPB. No ano seguinte, foi reforçada a proibição em relação a realização de passeatas estudantis no país, mas apesar disso, essas ações continuaram ocorrendo no meio universitário. Na Paraíba, a partir de 1979, o movimento estudantil passa a se organizar junto a outros setores como o Centro em Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese e o Movimento Feminino por Anistia – PB.¹⁷ O movimento secundarista também, outrora duramente reprimido (ao participar de mobilizações poderiam ser fichados e proibidos de ingressarem no ensino superior), nesse contexto volta a se reestruturar e se organizar junto aos demais setores.¹⁸

No final da década de 1950 e início de 1960 (ou seja, antes do golpe de estado dos militares) a Paraíba já apontava um grande potência de lutas, a partir das Ligas Camponesas, o movimento de maior destaque na Paraíba desse contexto¹⁹, com a Liga Camponesa formada na cidade de Sapé, demonstrando uma tradição de luta no campo muito forte por meio dos

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 30.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 128.

¹⁷ DANTAS, NUNES e SILVA (Org), p. 246 – 252.

¹⁸ LEITE, 2017, p. 47.

¹⁹ DANTAS; NUNES e SILVA (Org.). 2014, p. 18.

trabalhadores rurais organizados. Mas, também haviam mobilizações ocorrendo dentro do espaço urbano:

A respeito da mobilização urbana, observa-se, desde o final dos anos 50, uma articulação envolvendo grupos políticos como a Seção Paraibana do Movimento Nacionalista Brasileiro, criada em 1957; associações estudantis secundaristas e universitárias, a exemplo da União dos Estudantes da Paraíba (UEEP) e da associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba (AESP); trabalhadores urbanos que, aproveitando-se do clima geral de mobilização social e política, avançara em sua organização classista, chegando a levar até o interior do estado o processo de sindicalização.²⁰

O governo do estado, na época, estava nas mãos de Pedro Gondim, líder populista que ao longo dos primeiros anos de seu mandato direcionou seu discurso de forma favorável às lutas populares que estavam se desenvolvendo fortemente na Paraíba, em especial, as lutas que ocorriam no campo que, como já mencionado anteriormente, ganharam muito destaque no período.²¹ A partir de meados da década de 1970 uma nova parte dessa teia passa a se formar lentamente, mas não sem grande força. Nessa década, na Paraíba, temos o ressurgimento dos movimentos das camadas mais populares, em parte apoiada pela Igreja Católica, outrora favorável ao regime. Os movimentos sindicais, camponês e estudantil começam a se reorganizar nas suas reivindicações. Além da Igreja Católica, outros órgãos também passaram a apontar um posicionamento mais progressista como: a seção paraibana da Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Paraibana de Imprensa.²²

1.3 A questão da moradia no período de distensão

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, liderança, assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações –; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade aos modernos recursos tecnológicos, projetos, visões de mundo que dão suporte a suas

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 18 – 19.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 29.

²² A partir de 1963 o discurso de Gondim mudou, esse momento foi marcado pelo seu afastamento das forças populares e de esquerda e a um comprometimento mais efetivo com os grupos conservadores. Antes mesmo de 31 de março de 1964, Gondim se aliou as forças mais conservadoras e operou no estado de forma a reprimir os movimentos que se organização e as ações planejadas por eles, seja no campo ou na cidade. Um exemplo claro dessa sua guinada em um sentido mais conservador se deu com a nomeação e oficiais claramente anticomunistas para assumir cargos em importantes órgãos no que diz respeito a segurança do estado (NUNES, 2004, p. 55).

demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.²³

Além disso, a história dos movimentos sociais está intrinsecamente ligada à luta de classes e é desse ponto que partiremos nossa reflexão.

Nesse mesmo contexto iniciado anteriormente, tínhamos o retorno do surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil, isto não quer dizer, de forma alguma, que não houvessem movimentos organizados fazendo oposição ao regime durante os anos mais duros da ditadura, apenas que nessa conjuntura o cenário passou a se tornar mais favorável. Esses movimentos foram bastante heterogêneos em relação a sua composição, mas é possível afirmar que em sua maioria era formado pela camada mais popular, que era a mais afetada pela situação econômica do país.²⁴

Os movimentos, como descritos na citação acima, são em resumo uma forma utilizada por determinados grupos para agir coletivamente e reivindicar os direitos que por algum motivo não estão tendo acesso em determinada sociedade, no geral, aqueles que são pessoalmente atingidas por essa causa ou que se identificam com ela. No contexto de anos finais da ditadura, nosso recorte, os movimentos que ressurgiam não direcionavam suas reivindicações apenas em direção ao confronto direto ao regime, mas também outras questões que eram diretamente ligadas as suas políticas, como é o caso dos movimentos urbanos por moradia.

Um local importante de construção da luta, nesse contexto, foi a periferia.²⁵ Com todo o processo que havia ocorrido nas décadas anteriores (a partir do início do século XX) de “empurrar” as populações de trabalhadores das áreas do centro para áreas mais afastadas, a periferia se tornou palco para a organização e articulação entre trabalhadores. Essa área é basicamente o local onde essas famílias se instalaram por falta de opção: locais sem infraestrutura básica, muitas das vezes, e sem amparo do Estado, onde os moradores, em muitos casos, tiveram que aderir ao processo de autoconstrução de suas casas. Nessa vivência se constrói a noção da necessidade de reivindicar por seus direitos, dessa vez, fora do espaço do trabalho, mas no seu lar.

²³ GOHN, 2014, p. 14.

²⁴ SADER (Org), 1987, p. 13.

²⁵ KOWARICK (Org), 1988, p. 157.

Kowarick também denuncia o caráter elitista do regime, apontado antes aqui por Almeida, ao enfatizar a importância que as camadas mais populares tiveram na oposição mais contundente contra a Ditadura em São Paulo:

[..] a luta em torno de reivindicações propriamente urbanas forjou um fluxo importante de mobilizações que aglutinava inúmeros e variados grupos excluídos dos benefícios do desenvolvimento econômico e urbano, denunciando ao mesmo tempo o caráter elitista do regime, que relegava a periferia a última das prioridades. Movimentos para obter água e esgoto, pela melhoria dos transportes, pela construção de creches pipocaram em múltiplos locais da RMSP.²⁶

Ainda em São Paulo, as ocupações de terras foram uma das formas de resistência utilizadas por essas populações para buscarem seu direito pelo uso dos espaços da cidade e foi a partir da década de 1980 que essa prática foi se tornando cada vez mais forte, o que não quer dizer que já não ocorresse anteriormente, apenas que se tornou um tipo de ação ainda mais possível de ser observada. Este era um novo perfil que estava se construindo nas lutas populares urbanas. Em um quadro em que as favelas já não mais davam conta da quantidade de pessoas (fruto do crescimento demográfico e forte migração de pessoas para as áreas mais industrializadas na busca por empregos), a ocupação organizada de terras surge como uma opção para aqueles que dependiam de salário e não possuíam condições financeiras de adquirir um imóvel.

Nesse contexto de mobilização, as organizações ultrapassaram a reivindicação apenas por moradia e também passaram a enfatizar a necessidade de uma nova gestão do espaço da cidade²⁷ que fosse mais democrática e levasse em consideração, também, aqueles que viviam em situações mais precárias nos bairros mais afastados. Nessa questão inclui-se a solicitação por melhorias no transporte, acesso a saúde (a partir da reivindicação dos centros de saúde nos bairros que vão se constituindo), programas de distribuição de leite e construção de creches, por exemplo. O tão falado “milagre econômico” e crescimento do PIB que a ditadura fazia questão de citar como seu grande trunfo, em nada impactava na vida dos trabalhadores que não apenas viam o valor do salário mínimo estagnado, como também percebiam que o poder de compra era cada vez mais reduzido.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 158.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 162.

É importante também, para encerrarmos esse tópico, lembrarmos de um ponto muito significativo dessa teia: o capitalismo. A moradia, dentro desse panorama, muito mais do que apenas um lugar para se viver, com um valor de uso então, se torna uma mercadoria tal como tantas outras e uma forma de acumulação do capital, seja através da sua venda ou do aluguel por parte de quem a possui. E, por isso, ainda mais expressiva é a reivindicação por moradia por meio de ocupações e utilizando da autoconstrução para erguer moradias, pois não há acumulação nesse processo, mas o interesse único na utilização da casa como lugar de se viver²⁸, ou seja, se choca de frente com a lógica que se tenta ser imposta. Apesar de compreendermos que a autoconstrução surge como resultado das condições dadas e de muito esforço por parte das populações envolvidas, não é uma escolha política unicamente, mas, dadas as condições precárias, surge como uma opção diante da realidade, como podemos observar na fala de Yvan sobre a ocupação na sua gênese:

O dia-a-dia era pobreza, né? Era pobreza mesmo, hoje eu digo que todo mundo reclama de barriga cheia, né? Era pobreza. A ocupação era muito difícil, todo mundo era unido, era muita pobreza, todo mundo se unia com o que podia, com alimentação, com madeira, né? Que nessa época era de taipa, era de tábuas também.²⁹

Como observado por Engels³⁰, quem possui prédios, casas ou mesmo “infames chiqueiros”, na sua qualidade de capitalista, tem sua preocupação voltada na extração máxima de capital que pode fazer do seu imóvel, então, os altos valores dos alugueis são tratados como “normais” e os trabalhadores, que dependem exclusivamente de seus salários, acabam sendo submetidos a pagar esses valores (uma vez que adquirir seu próprio terreno ou casa se torna algo ainda mais custoso), a verdade é que apesar de existir uma grande oferta dessa mercadoria (casa) muitas vezes se torna algo inalcançável para o trabalhador, devido ao valor agregado nela. Por isso, acreditamos na importância das ações de ocupação frente a essa lógica, nessa ação, não há um imóvel já existente e não gera capital para outrem, pois “quando um operário possui somente uma casa, o fato de esta ser habitada por ele próprio impede de que se converta em capital” (BONATES, 2009, p. 18).

²⁸ BONATES, 2009, p. 18.

²⁹ Entrevista recolhida pela autoria no dia 21 de fevereiro de 2020, na Associação da “Vila dos Teimosos”.

³⁰ Em seu texto intitulado “Para a Questão da Habitação” no tópico da segunda seção do “Como Resolve a Burguesia a Questão da Habitação” onde reflete sobre as formas como o que ele chama de “socialistas burgueses” tratam a questão da falta de moradia enfrentada pelos operários na Europa.

CAPÍTULO II

O MOVIMENTO ACONTECE

2.1 Movimentos por moradia em Campina Grande

Em 2014, mais de 200 famílias colocaram de pé o que ficou conhecida como “Favela do Papelão” próxima ao estádio chamado “O Meninão”, localizado no bairro da Dinamérica, na cidade de Campina Grande. Muitas dessas pessoas estavam inscritas em programas sociais, entretanto, sem qualquer previsão de quando teriam acesso as moradias que estavam previstas de serem disponibilizadas. Devido essa situação, de não ter para onde ir e ao mesmo tempo sem previsão de quando as moradias seriam disponibilizadas, esse grupo de pessoas acabaram ocupando a área próxima a esse estádio que se configurava como um grande espaço sem construções ou uso para outras atividades³¹. O nome, “Favela do Papelão”, parte justamente das condições das moradias autoconstruídas pelos populares no local e da inexistência de infraestrutura para garantir uma vida sadia.

As ocupações de terrenos no espaço urbano, desde finais do século XX, tem se tornado uma prática cada vez mais recorrente e que pode ser registrada em diversos locais e em cidades de grande e médio porte. Elas ocorrem, pensando superficialmente, devido à falta de habitações, a especulação imobiliária e falta de assistência. Mas, é importante ressaltar que todas essas características existem em decorrência de interesses que são intrinsecamente ligados ao capitalismo, sendo assim, as ocupações são consequências diretas da sua negação do direito à cidade a grande parte da população, em especial a camada mais empobrecida e explorada, uma reflexão interessante sobre esse ponto, por parte de Ermínia Maricato, nos ajuda a pensar sobre a cidade no capitalismo:

Se vocês se detiverem em estudar e analisar a produção do espaço urbano, irão entender a maior parte dos problemas da cidade. Seguramente 90% dos problemas da cidade. Vão entender, por exemplo, a natureza da segregação urbana. A localização tem um preço. E só mora bem e tem direito à cidade quem pode pagar. O que é então o direito à cidade? Nos programas habitacionais o direito à cidade é traduzido como o direito à água, ao esgoto, à energia elétrica, etc. Não, não é só isso. Henri Lefebvre em várias obras, defende até do direito à “festa” representada pela vida urbana: os cafés, as praças, os jardins, etc. Isso tudo tem a ver com localização e seu preço. Existe uma luta surda pelas localizações na cidade e uma disputa acirrada pelo fundo público.

³¹ G1, Déficit habitacional provoca ocupação de imóveis em Campina Grande, 08/10/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/10/aumenta-ocupacoes-de-terrenos-e-imoveis-em-campina-grande-na-pb.html>. Acessado em: 11/05/2021.

Ela diz respeito ao investimento público que têm grande impacto sobre os preços imobiliários.³²

Toda a nossa reflexão, até o momento, se dirigiu para compreensão de um ponto específico dessa nossa enorme teia: como ocorreu o processo de ocupação do Bairro Universitário (conhecido popularmente como “Vila dos Teimosos”) localizado na cidade de Campina Grande no interior da Paraíba. Mas, antes de nos dirigirmos para o centro dessa nossa teia, podemos ainda refletir sobre outros acontecimentos que compõem a história dos movimentos por moradia em Campina Grande e que são muito importantes para nos ajudarem a compreender o contexto em que nosso objeto se insere.

A partir da década de 1970, tivemos um período em que a questão da moradia se intensificou. Com a explosão demográfica e o intenso processo de êxodo do campo para as cidades médio e grande porte, em geral, com perspectivas de melhorias nas condições de vida, por meio das possibilidades de trabalho que seriam ofertadas por essas cidades, que estavam cada vez mais industrializadas. Com isso, o número de pessoas nas cidades não correspondia aos imóveis disponíveis e mais, era também difícil encaixar as opções que haviam aos baixíssimos salários dessas pessoas. Tínhamos então uma enorme quantidade de pessoas sem acesso a moradias e infraestrutura sanitária básica.

Ao longo da história de Campina Grande, alguns foram os exemplos de ocupações que resultaram na construção de bairros. Como o caso do bairro das Malvinas, em 1983, onde haviam aproximadamente 15 mil famílias aguardando o recebimento de casas do conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio de Queiroz que havia sido construído na cidade, em grande maioria, essas pessoas já estavam inscritas junto à CEHAP³³. A entrega das casas foi adiada devido interesses políticos, pois como as eleições estavam se aproximando, se planejava adiar a entrega do conjunto para fortalecer a imagem do governo em vigência e fortalecer a candidatura do candidato que representava a posição, utilizando a entrega como uma espécie de palanque eleitoral.

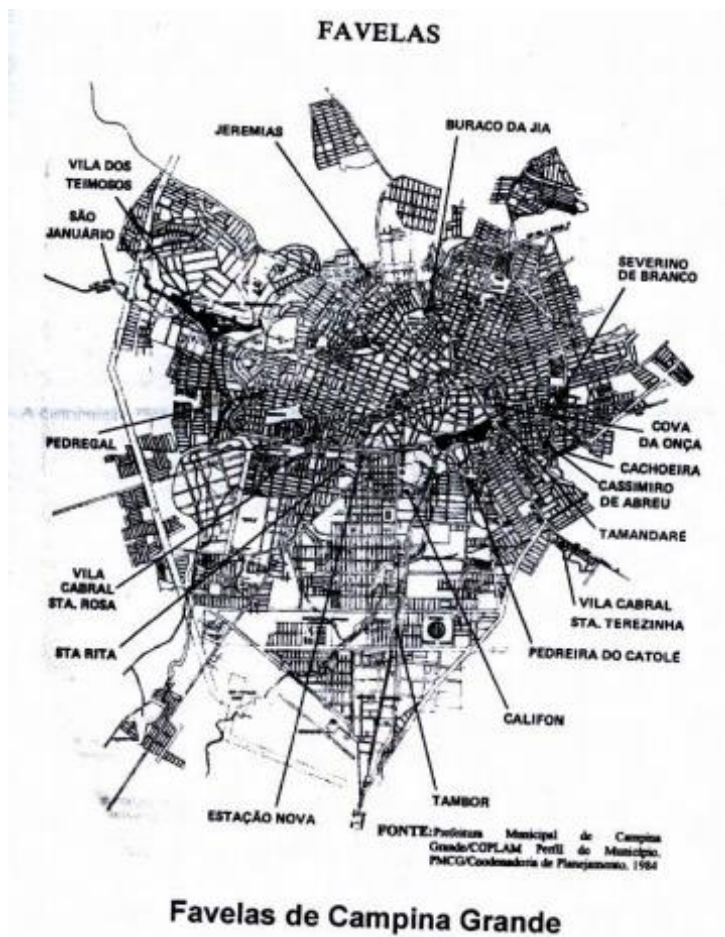
Entretanto, as pessoas que estavam aguardando o recebimento dessas casas (sejam as inscritas no programa ou outras que também não possuíam moradia) não aceitaram aguardar os prazos postos pelo governo e decidiram ocupar as casas que já estavam prontas em março de 1983 e então se deu um longo processo de resistência por parte desses moradores, que ficaram

³² MARICATO, 2015, p. 12.

³³ LIMA; GUEDES e AMORIM, 2015, p. 3.

cercados dentro do conjunto e a todo momento sendo ameaçados pela ação da polícia. Este é só um dos exemplos das diversas ocupações e/ou favelas construídas na cidade de Campina Grande no século XX, como podemos ver a seguir no mapa de representação das “favelas” existentes na cidade na década de 1980:

Imagem 1: Favelas de Campina Grande na década de 1980.



Outro exemplo de ocupação/autoconstrução ocorrida em Campina Grande foi no Bairro hoje conhecido como Glória, mas que na sua gênese ficou conhecido como Cachoeira. Nos finais da década de 1950 esse processo foi iniciado, um terreno que teria sido concedido, mas que não era pertencente a prefeito passou a ser local de construção das casas. Segundo morador, em três anos o local já estava “lotado” de casas de diversas pessoas que haviam se deslocado para lá e construído suas casas simples. Além disso, faltava assistência: não havia luz, nem água para os moradores.³⁴ Assim como o caso do bairro Pedregal, também localizado em Campina Grande, e que também surge a partir de uma ocupação que ocorreu em uma área não apropriada

³⁴ SILVA, 2015, p. 41.

para construção de casas, pois tratava de uma pedreira/matagal (o que gerou o nome do bairro, que trata de uma junção desses dois aspectos que existiam no local).

Também tivemos o bairro Rosa Mística, que anteriormente era conhecido como Buraco da Jia. Este bairro se construiu em duas etapas, sendo um primeiro momento por meio de compra de lotes de terrenos pertencentes a uma família, as primeiras casas construídas já eram precárias e também passaram por o processo de autoconstrução. Em seguida, houve um processo de ocupação de terrenos que pertenciam a Prefeitura e que se localizavam próximos a essa área dos loteamentos. A ocupação dos terrenos aconteceu a partir do ano de 1985 e o perfil dos moradores da localidade são, no geral, pessoas pobres que não possuíam condições de comprar imóveis em locais com melhor infraestrutura ou mesmo pagar alugueis mais altos, acabando por optar (serem cooptados, na verdade, uma vez que não possuíam outras opções) por ocupar e construir suas próprias casas no local.³⁵

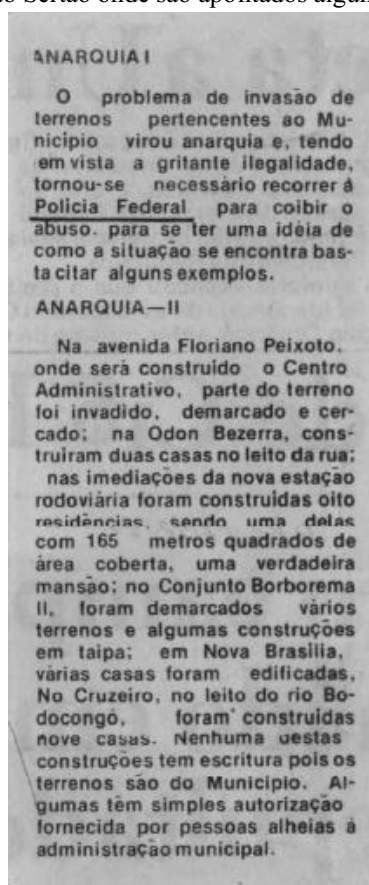
2.2 O caso das demolições de casas em 1983

Em 1983 ainda ocorreram diversas ocupações de terrenos que resultaram em polêmicas devido as ações do governo posteriores a elas. Acompanhando através das notícias que foram veiculadas no jornal Gazeta do Sertão e Jornal da Paraíba nos anos de 1983 e 1984 (acessadas através da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional) é possível analisar um pouco dessa história e observar, também, como a ação da força do Estado esteve presente nas ocupações (seja as que foram mais rapidamente dispersadas ou nos casos onde a resistência se prolongou, como nas Malvinas é uma amostra desse tipo de situação).

Podemos observar que foi utilizada até mesmo da Polícia Federal contra os populares, como é citado no recorte a seguir, afirmando-se que essa força foi usada como meio de coibir a “anarquia” que ocorria na cidade, em decorrência dos movimentos dos populares em torno das ocupações de terrenos. Exemplo este que mostra, concretamente, como as repressões do regime da Ditadura Militar não cessaram e ainda na década de 1980, no caso citado, em 1983, ainda ocorria uma dura repressão contra a ação popular quando de alguma forma se opunha aos interesses defendidos nessa conjuntura. O que reafirma nossa tese de que ainda nos últimos anos da Ditadura não podemos tratar como “ditabranda”, pois, mesmo nas cidades de porte médio e do interior, como Campina Grande, a violência repressiva continuava presente no dia a dia da população.

³⁵ ARAÚJO, 2011, p. 14 – 16.

Imagem 2: Recorte da Gazeta do Sertão onde são apontados alguns dos terrenos ocupados em 1983

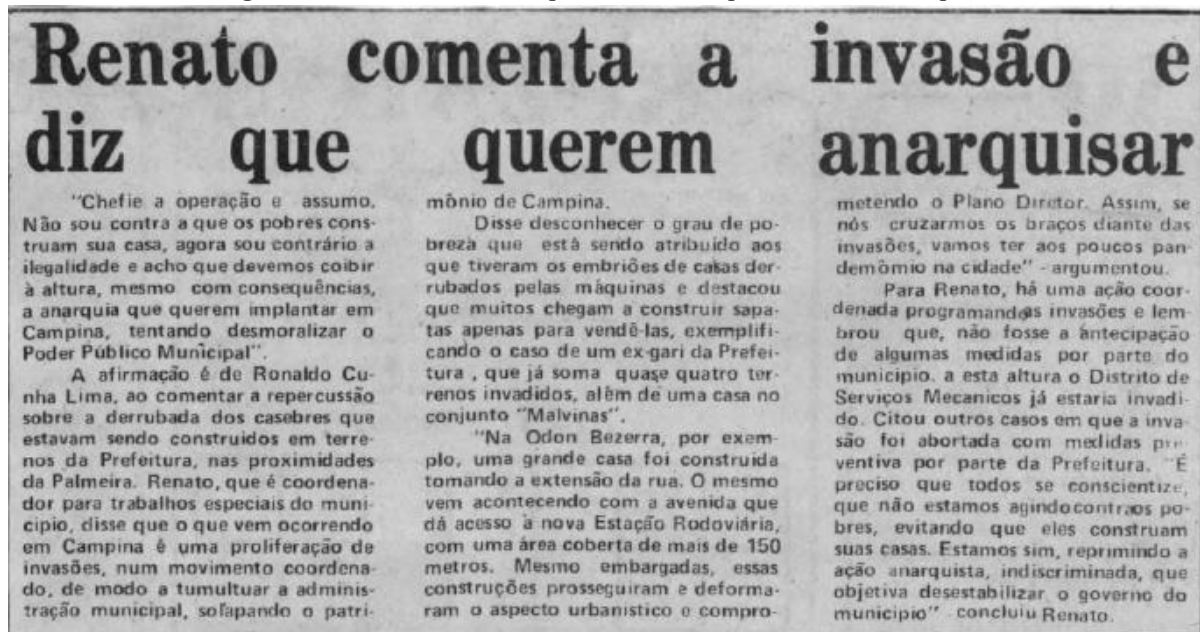


Fonte: Gazeta do Sertão, 1983.³⁶

O problema se agravou, ainda mais, a partir do momento em que se foi repassada a ordem de que essas casas fossem demolidas, nos diversos pontos onde as ocupações estavam ocorrendo na cidade, pois causariam problemas para a cidade, uma vez que não eram ordenadas e poderiam criar “pandemônios” na visão das autoridades (e repercutidas pelos jornais), além de incluírem casos distintos como se todos se enquadrassem na mesma situação. Equiparando as pessoas que ocupavam terrenos devido não possuírem condições financeiras com pessoas que utilizavam terrenos para construções de grandes casas e/ou mansões (como forma de se aproveitar do potencial econômico dos terrenos), como vemos na fala do coordenador para trabalhos especiais do município na época:

³⁶ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Imagem 3: Fala do coordenador para trabalhos especiais sobre as ocupações



Fonte: Gazeta do Sertão, 16 de dezembro de 1983.³⁷

A ação tomada das autoridades, frente aos casos de ocupações que estavam ocorrendo na cidade em diversos pontos (e que são tratadas como “invasões” nos jornais), foi a expulsão da população dos locais, realizando a derrubada das casas que haviam sido erguidas por esses moradores, fato que repercutiu fortemente nos jornais da época e que podemos ver em alguns recortes aqui presentes. Os moradores afirmavam, quando questionados, que os terrenos haviam sido concedidos pela própria Prefeitura, durante governo de Enivaldo Ribeiro, sendo assim, a ação do prefeito executor da ordem e recém eleito, Ronaldo Cunha Lima, não seria justa, uma vez que as casas seriam legais, diferente do que era afirmado, de que estariam ali ilegalmente e por isso causando prejuízos para a cidade e para os planos existentes para os terrenos.

³⁷ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Imagem 4: Ronaldo vai pôr 78 famílias na rua. E agora?



Fonte: Jornal da Paraíba, 07 de janeiro de 1983.³⁸

Antes de partirmos para uma reflexão geral sobre o que podemos perceber a partir de todos essas noticiais citadas e como esses casos se relacionam com nosso objeto de estudo e com o contexto geral da cidade de Campina Grande no período, é importante pontuar algumas expressões usadas e as disputas que corriam nessa conjuntura. Estávamos nos últimos anos da Ditadura-Empresarial Militar que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, engatinhando no processo de distensão, como discutimos no capítulo um, e os dois nomes envolvidos nessa história e que são citados a todo momento são: Enivaldo Ribeiro e Ronaldo Cunha Lima. Enivaldo havia sido prefeito desde 1977 até o ano em que se iniciou esse problema das casas citado, em 1983, iniciando pela ARENA e finalizando dentro do PDS, com o fim do bipartidarismo. O que podemos perceber é que os problemas das moradias já eram presentes no governo de Enivaldo, entretanto, os jornais apontam os problemas para o novo governo, do candidato do PMDB, Ronaldo Cunha Lima, deixando quem lê com uma visão muito mais favorável para o ex-prefeito.

Além disso, a forma como as ocupações são referenciadas também soam com um ar pejorativo, com termos como "invasões", "anarquia" ou como algo ilegal, como se afirma na imagem 2. Há momentos em que concordam que o povo não deve ficar sem casa e que a ação de Ronaldo, por exemplo, ao encaminhar a ação de derrubada das casas é um absurdo, como na legenda da imagem 4: "Casas feitas com sacrifício, na iminência da demolição". É interessante pensar que apesar do senso comum de que os jornais trazem as notícias em forma de verdade e

³⁸ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

que seu único interesse é informar, como um importante formador de opinião, o jornal/jornalismo também representa interesses, por isso, devemos ficar atentos a esses pequenos detalhes! Os grandes jornais são enredados aos interesses hegemônicos das classes, e a ação dos jornalistas, concomitantemente, dialogam e representam esses interesses, como podemos refletir a partir das palavras de Gramsci:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção.³⁹

Toda essa situação das ocupações sinaliza algo que já pontuamos anteriormente. No período em questão, finais da década de 1970 e início da década de 1980, um cenário que vai se tornar cada vez mais recorrente é o das ocupações. Como comentado no capítulo um, o aumento demográfico não acompanhado pelas oportunidades de empregos e melhores condições de vida, acarretará em uma grande quantidade de trabalhadores, em grande parte vindos do campo, vivendo na cidade em condições precárias. Veremos um pouco mais sobre isso e sobre o perfil dos moradores da Vila dos Teimosos no capítulo a seguir.

³⁹ GRAMSCI, 2001, p. 21.

CAPITULO III

A TEIMOSIA COMO RESISTÊNCIA

3.1 Entre enchentes, pobreza e a ação estatal: nascem os “teimosos”

Oficialmente, a comunidade hoje está inserida no chamado “Bairro Universitário”, porém, popularmente, segue sendo conhecida como “Vila dos Teimosos”, mas de onde vem esse nome? Se você parar para conversar por 5 minutos com qualquer morador do bairro verá que ele(a) terá a resposta na ponta da língua: devido ao processo de ocupação e resistência dos moradores durante a formação do bairro. Não foi fácil se manter no local e até mesmo manter suas casas de pé, como podemos observar nas palavras dos nossos três entrevistados, Yvan, Francisco “Santo da Terra” e Marinaldo, respectivamente:

E foi aí que começou a História da Vila, que botaram o apelido “Vila dos Teimosos” porque o pessoal fazia suas casas, as autoridades vinham, né? No caso a polícia, as autoridades competentes, tacou pra fora o pessoal, eu era muito jovem, tinha 16/17 anos, 18... tava caminhando para 17! E eu lembro que tinha polícia... vinha aqui.⁴⁰

[...] é aquela coisa, a água e os poderes públicos tirava e a galera voltava, tirava de dia e a galera voltava de noite, né? Porque também o pessoal não tinha pra onde ir, pessoal que vinha de fora, Juazeirinho e essas outras cidades não tinha família... Então, o Teimoso ficou por conta disso.⁴¹

[...] o pessoal, os policial chegava, tirava o pessoal na porrada e quando os policial ia simhora o pessoal voltava, foi tanto que uma vez o meu padrasto estava em cima daquela casa ali onde é vizinho a dona Rita, fazendo uma Igrejinha de taipa, ai meu padrasto estava em cima da casa mais o finado Nilson, ai os policiais chegaram, meteram o cacete e derrubaram... derrubaram o pessoal de cima, ai foram embora, aí quando foram simhora a gente invadiu de novo. O motivo foi esse, o pessoal daqui foi muito teimoso e venceram⁴²

Na resposta popular a alcunha de “teimosos” se faz muito bem entendível: os moradores construíam as casas e a policial as derrubava⁴³, mas assim que ela partia, voltavam e construíam mais uma vez. Além disso, ocorriam muitas chuvas e enchentes (devido ao local ser próximo ao Açude de Bodocongó) que inundavam as casas de taipas, da mesma forma, após retirar as

⁴⁰ Entrevista recolhida pela autora no dia 21 de fevereiro de 2020 e foi realizada na Associação de Moradores da “Vila dos Teimosos”.

⁴¹ Entrevista recolhida pela autora no dia 21 de fevereiro de 2020 e foi realizada na Associação de Moradores da “Vila dos Teimosos”

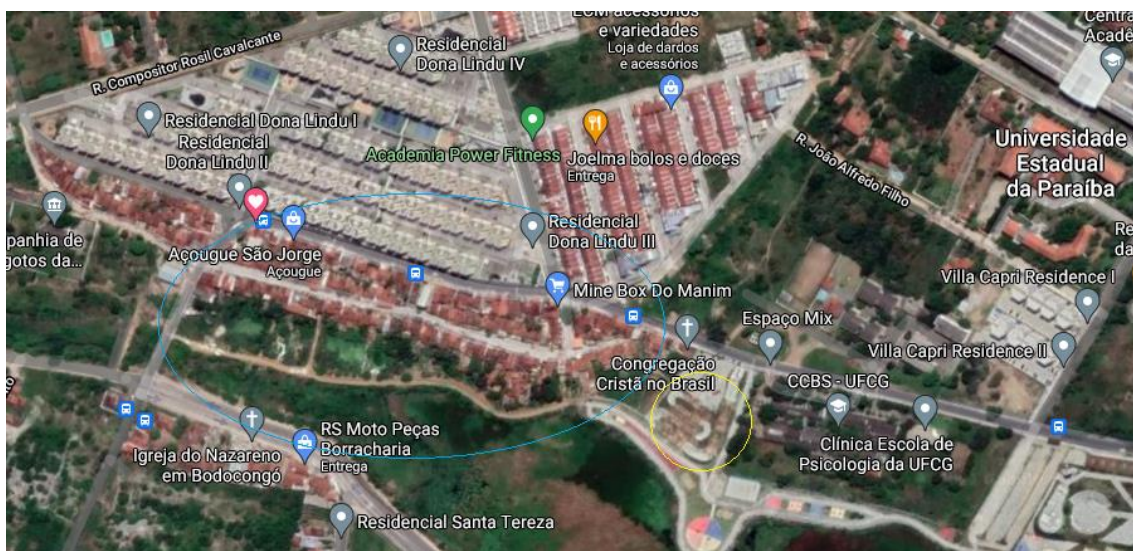
⁴² Entrevista recolhida pela autora no dia 14 de março de 2020, na casa do entrevistado na “Vila dos Teimosos”.

⁴³ Novamente as fontes nos apontam que a repressão não deixou de existir e a polícia, mesmo nos anos finais da Ditadura, continuou sendo usada como um meio de conter as movimentações populares, por meio da violência.

águas, os moradores retornavam e retocavam o que tivesse sido danificado. Além da própria pobreza, que os levou àquele terreno e todas as dificuldades socialmente impostas nesses grupos que se dirigem à construção de suas casas em ocupações. E na “teimosia”, foram ficando e se firmando no espaço. Nasce então a “Vila dos Teimosos”.

A ocupação foi iniciada em setembro de 1982, muito próxima à onde é localizado o Açude de Bodocongó e o campus do CCBS da UFCG, como podemos ver na imagem 5, por esse motivo, quando ocorriam chuvas mais fortes e o açude enchia, as casas eram tomadas pelas águas. Esse problema foi bastante recorrente, o que acabou levando a uma pequena mudança na localização da comunidade ao longo dos anos, partindo para um espaço um pouco mais afastado do açude, o local de origem da ocupação aparece destacado no círculo menor e o local atual está destacado no círculo maior.

Imagem 5: Localização inicial e a atual da “Vila dos Teimosos”



Fonte: Google Maps, 2021.⁴⁴

No início, ainda localizado muito próximo ao açude, as casas autoconstruídas eram feitas de taipa e eram bastante simples. Os moradores afirmavam que os terrenos, que pertenceriam a prefeitura, havia sido concedidos pelo então vice-prefeito e candidato a deputado federal na época, Raymundo Asfora (no ano de 1982 iria ocorrer eleições, o que nos leva a questionar se essa ação de Asfora não seria alguma espécie de manobra para sua própria campanha eleitoral). Porém, os ocupantes não possuíam nenhum tipo de documentação comprobatória sobre a concessão/doação desses terrenos para sua permanência no local. Em decorrência disso, conflitos com o Estado foram se constituindo. A prefeitura, na pessoa de Enivaldo Ribeiro, assim como nos casos das outras ocupações citadas antes, fechou os olhos

⁴⁴ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-7.2099098,-35.9205152,778m/data=!3m1!1e3>.

para a situação dos moradores, que precisaram lidar com a falta de luz e rede de esgoto (que somente foi implementada no bairro durante o último mandato de Romero Rodrigues Veiga entre 2017 – 2020, assim como o calçamento das ruas).

Sobre a ação desses políticos do período em relação a ocupação, podemos perceber o descaso de Enivaldo Ribeiro em relação as pessoas que se instalaram nas margens do açude, Yvan, atual presidente da associação de moradores da “Vila dos Teimosos” nos diz: “Não, Enivaldo Ribeiro ele... não, não teve. O Enivaldo Ribeiro, ele ficou na dele, ele não dava tanta contribuição”.⁴⁵ Também percebemos a ação de oposição de outros políticos contra a ocupação, como Rômulo Gouveia, que Marinaldo recorda: “Rômulo Gouveia sempre não queria, queria destruir isso daqui, não queria a gente aqui, que não dava certo, porque era da universidade, teve uma discussão com ele, batimento de boca”. Essas lembranças dos moradores acerca da posição de alguns políticos denota um pouco da relação entre o Estado e os ocupantes. Percebesse que não só houve uma negação de apoio por parte dos governantes, como sua ação tentou frear a ocupação e mesmo expulsá-los do local.

Mas, além desses personagens que dificultaram a permanências dos moradores no local, eles também contaram com alguns apoios que partiram de segmentos vinculados a Igreja Católica, como é o caso da Pastoral da Terra, lembrada pelos moradores através de uma figura chamada “Irmã Mercedes”, como aponta Francisco “Santo da Terra”: “A irmã Mercedes pela Igreja, uma Pastoral da Terra, né? Social e tal, quer dizer, de fome o povo não morria”.⁴⁶ Assim como personagens vinculados à educação, como a figura que chamam de “Professor Melo”, que pelas suas falas seria além de professor do curso de Sociologia da UFCG (campus 2 da UFPB na época) também era funcionário da prefeitura no setor de urbanização, Yvan afirma: “Professor Melo! Taí pra contar história, ajudou muito a gente aqui, correu, né? Dando muito, plantação, ajudou nas casas, na escola também, não tinha escola”.⁴⁷

Na imagem 6, a seguir, podemos ver um pouco de como, logo após o início da ocupação, o caso já foi percebido e notificado em um jornal que tinha grande circulação na cidade, o Diário da Borborema. Nessa imagem, podemos observar a forma como o jornal se refere à ocupação e também um exemplo de como eram as casas simples construídas pelos moradores nesse primeiro momento e também um pouco da fala desses primeiros moradores.

⁴⁵ Entrevista recolhida pela autora em 21 de fevereiro de 2020 na Associação de Moradores da “Vila dos Teimosos”.

⁴⁶ Entrevista recolhida pela autora em 21 de fevereiro de 2020 na Associação de Moradores da “Vila dos Teimosos”.

⁴⁷ Entrevista recolhida pela autora em 21 de fevereiro de 2020 na Associação de Moradores da “Vila dos Teimosos”.

Imagem 6: Recorte sobre a ocupação da “Vila dos Teimosos”



Fonte: Diário da Borborema, 23 de setembro de 1982.⁴⁸

A visão jornalística em relação a ocupação já se desenha na própria frase de título: “Favela: um problema futuro em Bodocongó” e se reafirma ao longo da matéria com “só irá trazer sérios problemas sociais para o futuro desse progressista município”. Logo de imediato, fica exposto que o fato de pessoas pobres estarem se organizando em torno da área, construindo suas casas, se constituía, para determinada classe representada através desse discurso jornalístico, como uma espécie de “problema” para o bairro em que está localizado. Mas, para quem seria um problema? Qual classe veria como algo negativo que trabalhadores se organizassem e se mobilizassem para tentar reverter minimamente sua condição de existência? Como discutimos anteriormente, no capítulo I, esses interesses que se viam abalados com a ação popular certamente estavam vinculados as classes dominantes, que se veem representados no discurso do jornal.

⁴⁸ Recolhido na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida na UEPB.

O perfil, no geral, das pessoas que ocuparam o terreno, como costuma ocorrer nesses casos de ocupações, era de pessoas bastante pobres, como podemos ver na notícia jornalística, para se locomover até o local onde iria se instalar e comprar material para começar a levantar sua casa, Geraldina afirma que vendeu até os bens que já possuía, afirmando “Vendi até minha cama”. Esses moradores, dadas as condições, tiveram que se organizar entre si para permanecer no local, através de mutirões entre eles mesmos e até a organização de uma associação de moradores em 1987, como comenta Yvan:

[...] mutirão, teve mutirão, nós construímos a sede, já com um pouquinho de ano, já em [19]87 foi fundado, mas essa sede foi construída lá pra 90 e pouco que ela foi construída. Não existe mais porque ela foi extinta e hoje nós temos uma sede provisória que é pago aluguel. Mas, foi incentivo da irmã Mercedes, incentivo desses que já faleceram, finado Milton, é... incentivo próprio da Secretaria de Ação Social, que era necessário ter uma associação de moradores para os moradores reivindicarem seus direitos e conseguiram, conseguimos as casas, né?⁴⁹

E esse perfil dos moradores, conseguimos observar um pouco também através do subprojeto “A luta por moradia e a redefinição do espaço urbano em Campina Grande – 1964 – 1990”, que é composto por um questionário com perguntas que dizem respeito a origem dos moradores, a ocupação/trabalho deles, motivos que levaram a ocupar o terreno, etc. Essa pesquisa foi feita em 1992, ou seja, 10 anos após a início da ocupação, devido ao pequeno intervalo, entre os entrevistados constam diversas pessoas que participaram ativamente da ocupação, e um dos pontos levantados são os motivos que os levaram a ocupar, como podemos ver as respostas na tabela abaixo:

Tabela 1: Motivos que levaram os moradores a ocupar a “Vila dos Teimosos”

PORQUE VEIO MORAR NA VILA
Porque fui desapropriada
Porque não tinha oportunidade de arranjar um local melhor
Soube que estavam invadindo e vim também
Porque não tinha onde morar aí invadi com os outros
Porque arranjamos esse canto e construímos nossa casa
Único local que cabia nas suas condições financeiras para comprar
Porque pagava aluguel e estava “sacrificada” financeiramente, daí invadi e construí uma casa
Conseguiu comprar a casa neste local

⁴⁹ Entrevista recolhida pela autora em 21 de fevereiro de 2020 na Associação de Moradores da “Vila dos Teimosos”.

Por necessidade, pois morava num quarto
Porque quis
Porque comprou a casa
Porque queria uma casa para o filho
Foi onde encontrou casa para comprar
Porque não tinha condição de pagar aluguel
Porque não tinha meios de vida, não podia pagar aluguel então estavam fazendo invasões e nós invadimos também; nós conseguimos permissão para construir no lugar dos lixos
Depois que me casei vim morar aqui
Porque os irmãos moravam aqui e o bairro é melhor
Mesma resposta de cima
Porque compramos esta casinha
Porque em Santa Teresinha pagava aluguel
Porque no Pedregal pagavam aluguel
Porque as condições aqui são melhores
Porque meu pai foi um dos invasores
Porque pagava aluguel em Bodocongó
Porque não tinha casa própria
Porque não gostava do lugar onde morava
Soube da invasão e vim
Porque após me casar não tinha onde morar e vi na invasão a oportunidade de ter minha casinha
Porque morava num quartinho apertado na Palmeira
Porque tinha vontade de ter uma casa e não tinha condições, então invadi

Fonte: Subprojeto “A luta por moradia e a redefinição do espaço urbano em Campina Grande – 1964 – 1990”.⁵⁰

Alguns argumentos se repetem várias vezes e dizem respeito as condições financeiras desses moradores, como não ter condições financeiras para continuar pagando aluguel ou comprar uma casa em outro lugar, porque vivia em algum lugar muito pequeno antes. Como vemos na fala de Marinaldo que ao ser questionado sobre como era sua vida antes de ir morar na Vila, afirma: “A gente pagava aluguel, morava nos becos, lá no Jeremias, minha mãe

⁵⁰ Recolhido no SEDHIR, na UFCG.

trabalhava nas coisas dos outros pra sustentar a gente, pagar aluguel e sustentar a gente”.⁵¹ Fugir do aluguel ou, finalmente, possuir sua casa própria é um desejo que funciona como motor para a ação dessas pessoas, vindas em grande maioria do campo para Campina Grande, de cidades do próprio estado da Paraíba e alguns de estados vizinhos, sendo no total:

Tabela 2: Origem dos “teimosos”

Campo	Cidade	Não responderam
22	9	1

Fonte: Subprojeto “A luta por moradia e a redefinição do espaço urbano em Campina Grande – 1964 – 1990”.⁵²

Dentro desse universo de 31 pessoas que responderam o questionário, um total de 69% das pessoas eram de origem rural e haviam saído do seu local de origem e vindo morar em Campina Grande, e devido as questões levantadas na tabela 1, acabaram precisando buscar novas formas de se estabelecer na cidade, uma vez que não possuíam condições financeiras para viver em bairros mais estruturados, seja por meio da compra de casas neles ou mesmo com pagamento de alugueis. As cidades de origem são: Esperança, Alagoa Nova, São José da Mata (distrito de Campina Grande), Puxinanã, Teixeira, Juazeirinho, Patos, Souza, Areial, Piancó, Alagoa Grande e Alcantil. Também houveram cidades de outros estados, como falamos, que são: Equador (RN), Afogados de Ingazeira (PE), Iguaracy (PE) e do Ceará (cidade não especificada).⁵³

Como observado por Lima, em relação a esse crescimento acelerado e desordenado que ocorreu no Brasil na década de 1970:

Para os imigrantes, os grandes centros urbanos passam de ponto de atração a martírio em pouco tempo. Estes novos moradores, em sua maioria, chegam aos grandes centros, em péssimas condições físicas, psicológicas e financeiras, além de a maioria ter pouca ou nenhuma qualificação profissional. Consequentemente, terão dificuldades de adaptação às novas condições de vida e trabalho o que os obriga a se ocuparem em atividades com baixa remuneração e fixarem residência em favelas ou em áreas de risco, próximo a rios, mangues e encosto de morros, na periferia dos grandes centros, em condições tão precárias, quanto às que os expulsaram de sua terra natal.⁵⁴

⁵¹ Entrevista recolhida pela autora no dia 14 de março de 2020, na casa do entrevistado na “Vila dos Teimosos”.

⁵² Recolhido no SEDHIR, na UFCG

⁵³ A informação das cidades de origem constam no questionário referido.

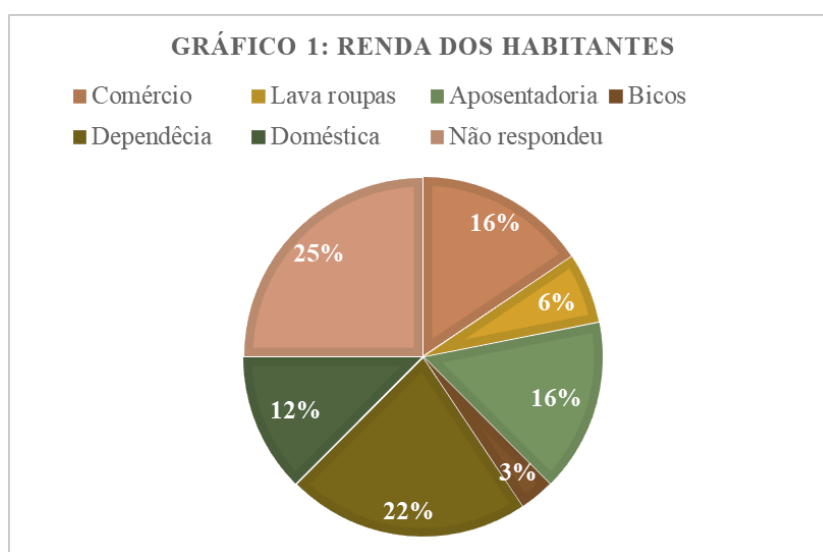
⁵⁴ LIMA, 2012, p. 176 – 177.

Outro ponto, presente nesse cenário descrito e que pode ser observado também na comunidade estudada, além da origem já constatada, são atividades exercidas pelos moradores do bairro que são, em grande maioria, de baixa remuneração e autônoma. Na fala de Francisco “Santo da Terra”, ao comentar um pouco sobre as formas de trabalho que existiam na comunidade, de acordo com sua observação:

O açude sempre foi e sempre será um pai de família, porque aí vive: pescadores, todo tempo teve pescador, hoje divide pescadores e tiradores de areia na época do inverno, é... é a classe trabalhadora que existia no Açude, mas com o tempo, com o desenvolvimento, esse açude foi sendo poluído, então esse mato que cresceu aí e transforma no capim que alimenta os animais, então apareceu outra categoria de trabalhador, que são tirador de capim, né?⁵⁵

Essa também é uma das questões respondidas no questionário pelos moradores, podemos conferir as porcentagens das respostas abaixo:

Gráfico 1: De onde partia a renda dos “teimosos”



Fonte: Subprojeto “A luta por moradia e a redefinição do espaço urbano em Campina Grande – 1964 – 1990”⁵⁶

Temos, então, uma população empobrecida que se movimenta para alterar a realidade em que estão inseridos. Frente a esse contexto onde a falta de habitação, para alguns (classe dominante), funciona como um elemento necessário para manutenção da ordem em andamento. Essa movimentação em específico, acaba resultando no bairro que hoje é oficialmente conhecido como Bairro Universitário, porém, em seu nome popular “Vila dos Teimosos”,

⁵⁵ Entrevista recolhida pela autora no dia 21 de fevereiro de 2020, na Associação da “Vila dos Teimosos”.

⁵⁶ Recolhido no SEDHIR, na UFCG.

carrega a história de como foi formado e de cada um de seus moradores, que enfrentaram diversos ataques diretos para garantir sua permanência e seu direito ao local e que, ainda hoje, resistem, no mesmo espaço, apesar das dificuldades de infraestrutura que persistem no bairro, seja através da sua escola, construída por eles próprios, das práticas religiosas e festas montadas pela comunidade e para comunidade, as atividades de sua associação ou da cooperação muito presente entre todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos aqui que a falta de habitação e esse ato de se empurrar os trabalhadores para margens das cidades, para regiões sem infraestrutura, nada mais é que um elemento intrínseco a esse sistema e até mesmo um produto necessário dele, nas palavras de Engels. E percebermos que as lutas travadas pelos trabalhadores contra toda essa lógica não é algo que surgiu nos últimos anos, mas algo que há tempos se estende, mas que ganhou notoriedade, devido a situações específicas, a partir da década de 1970 no Brasil.

Com o movimento de bairros e ocupações que foram se tornando cada vez mais recorrentes nas grandes e, também, médias cidades com o aumento demográfico e agravamento da situação da classe mais pobre dentro do contexto da Ditadura-Empresarial Militar, que para além de todos os seus crimes em relação aos direitos humanos, também foi drasticamente agressivo do ponto de vista econômico, uma vez que visava atender interesses que eram integralmente voltados para os ganhos da burguesia que apoiava o golpe naquele contexto.

E, inserida dentro de toda essa conjuntura, não haveria como não percebermos embates perpassados por todas essas questões dentro de Campina Grande, localizada no estado brasileiro chamado Paraíba. Em Campina Grande também se foi possível observar diversos casos de ocupações que começam a se desenhar por volta de 1950, mas que a partir de 1980 também se solidificaram, gerando diversos casos de ocupações de terrenos em muitos e distintos pontos da cidade, casos bastante emblemáticos, e que sempre são lembrados ao se falar sobre luta por moradia na cidade, como o caso que acabou dando origem ao que hoje é o maior bairro da cidade, as Malvinas, ou casos não tão falados, mas que em seu período geraram certa comoção. Como os casos aqui por nós relatados, dos diversos grupos de pessoas que ocuparam terrenos pela cidade e acabaram tendo suas casas demolidas pela ação do Estado.

Mas também do nosso objeto de estudo, a “Vila dos Teimosos”, que é um exemplo de como se desenhavam essas ocupações e quais as razões que levavam essas várias pessoas a ocuparem terrenos. Em grande parte, pessoas em busca de novas opções e que não tinham nada, ou quase nada, além de sua força de trabalho pouco qualificada para oferecer, partem dos lugares onde vivem os centros urbanos e se deparam com situações complicadas para se viver. Com os altos alugueis e preços quase inalcançáveis dos terrenos nas áreas de melhor

localização, a ocupação se configura como uma opção e uma forma de agir para construir para si próprio uma realidade diferente da que vivencia.

Nesses traços, nasce a “Vila dos Teimosos”, se desenvolvendo a partir de 1982, mesmo com a ação contrária do Estado, representando interesses inteiramente burgueses, para expulsar os moradores da localidade, a retórica jornalística os apontando como um problema iminente para o bairro onde estava localizado o terreno ocupado, a falta de infraestrutura e saneamento básico e mesmo os aspectos espaciais desfavoráveis para sua permanência, dadas as constantes enchentes que inundavam o local e invadiam as casas de taipa autoconstruídas pelos moradores.

A teimosia, como afirmavam na época e ainda hoje os moradores fazem referência com o nome dado a comunidade, possibilitou que diversas pessoas se firmassem no local e passassem a possuir sua própria casa e não mais depender dos altos alugueis que pagavam anteriormente. Essa teia continua se desenhando dia após dia no cotidiano, até mesmo da “Vila dos Teimosos”, uma vez que a luta pelo direito à cidade não se encerra na conquista da moradia, mas também do acesso a saúde, educação e a meios de participar ativamente do processo de produção dos espaços urbanos, aspectos que não são, nem poderiam ser, possíveis dentro de uma sociedade burguesa alinhada ao capitalismo e nos seus interesses, configurando, assim, como parte da contradição e oposição a esse sistema econômico.

Amarrar todos os pontos dessa teia é uma tarefa não muito fácil, pois como mostrado ao longo de toda essa nossa reflexão, não são um nem dois acontecimentos que vão explicar toda essa mobilização em torno de uma questão: o direito básico de possuir uma casa, um local para viver e permitir a si próprio e sua família uma vida digna, dentro dos parâmetros compreendidos em nossa sociedade. Mas, não é difícil localizar o ponto central de toda essa questão, que nos faz entender porque essas ações acontecem e contra o que ela se opõe, mesmo que não como um horizonte imediato: o Capitalismo.

Tanto é que, ainda hoje, podemos observar como esses casos continuam se repetindo, no nosso contexto atual de forma muito violenta, se refletirmos sobre a pandemia que ocorre. Ainda hoje, trabalhadores recorrem às ocupações como uma forma de sobrevivência. Um exemplo é a ocupação que coexiste com a escritura desse trabalho, próximo ao Distrito dos Mecânicos, em Campina Grande. Trata-se de uma ocupação que já existe há mais de 20 anos, mas que recentemente recebeu uma ordem de despejo e ameaças de que suas casas seriam

demolidas. Sendo constituída por pessoas que não possuem condições financeiras para se estabelecerem em locais melhores, essas pessoas construíram suas casas e roçados e vivem de forma simples. O aviso do despejo chegou deixando os moradores surpresos e desesperados sobre para onde iriam e o que fariam se a ocupação fosse demolida, pois além de todos os problemas já enunciados ao longo da nossa discussão, nesse momento incluíse um quadro de alto desemprego, crise econômica e uma pandemia que se arrasta desde 2020, deixando muitas pessoas sem emprego.⁵⁷

⁵⁷ Paraíba Online. Moradores sofrem com ordem de despejo em Campina Grande. 11/05/2021. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2021/05/video-moradores-sofrem-com-ordem-de-despejo-em-campina-grande/>. Acessado em 25/05/2021.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. R. A. História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979 – 1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ARAÚJO, C. M. de. Do Buraco da Jia à Rosa Mística: análise do processo de urbanização e ressignificação de uma comunidade da cidade de Campina Grande-PB. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.
- BONATES, M.F. Ideologia da casa própria... Sem casa própria: O programa de arrendamento residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária de João Pessoa, 2009.
- BRITO, Â. S. Impactos ambientais urbanos na Vila dos Teimosos: Médio Curso do Riacho Bodocongó, Campina Grande-PB. 2011. 49f. Monografia (Especialização em Geoambiência e Recursos Hídricos do Semiárido). UEPB, Campina Grande, 2011.
- CITTADINO, Monique. A política paraibana e o estado autoritário (1964 – 1986). In. Estrutura do poder na Paraíba. Vol 4. João Pessoa. EDUEPB, 1999. P. 111 – 137.
- COSTA, Antônio Albuquerque da. Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPE, Recife, 2006.
- DANTAS, Éder; NUNES, P.G.A.; SILVA, R.F.C. (Org.) Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- ENGELS, Friedrich. Para a Questão da Habitação. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/habita/index.htm>. Acessado em: 01/11/2019.
- FERREIRA, E.F.V. A segregação socioespacial na Vila dos Teimosos, em Campina Grande/PB. Artigo (Graduação para Licenciatura Plena em Geografia, CEDUC/UEPB). Campina Grande, 2016.
- GRAMSCI, A. Caderno 24: O jornalismo (1934). In. Cadernos do Cárcere: Volume 2. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Cadernos do Cárcere, Volume 5: O Risorgimento, notas sobre a história da Itália / tradução Luiz Sergio Henriques. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- GOHN, M.G. Novas Teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HARVEY, David. Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- KOWARICK, Lúcio (Org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.

LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. A frágil “abertura” de João Figueiredo: a redemocratização campinense em apuros (1979-1985). Dissertação (Mestrado em História), UFCG, 2017.

LIMA, Damião de. Campina Grande Sob Intervenção: A ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

LIMA, Paula Sonály Nascimento, GUEDES, Maria Aline Souza e CHAVES, Wenda Mayse Amorim. “Conquistas que foram concretizadas, foram frutos de lutas”: As memórias na construção do bairro das Malvinas em Campina Grande - PB. II CONEDU, Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/17124>. Acesso em: 12/05/2021.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

_____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, Demian Bezerra de. (Org.) A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

Netto, José Paulo. O que é marxismo. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, José Paulo. Pequena História da Ditadura Brasileira. São Paulo: Cortez, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A política paraibana e a construção do PT no estado. In. O partido dos trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no estado (1980-2000). João Pessoa. Sal e Terra, 2004. P. 53 – 189.

REIS, M.M. Impactos da Segregação Socioespacial em alunos que moram na Vila dos Teimosos. In: OLIVEIRA, A.S.; A. G.B.; REIS, M.P.; S, M.A. Por uma Educação para os novos tempos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

SADER, Emir. (Org.) Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVA, Hilmaria Xavier. A invenção de um lugar: vivências e memórias da Favela da Cachoeira (Campina Grande, 1959 – 2006). Campina Grande, EDUFCG, 2015.

WALTER, Benjamin. Obras escolhidas (Vol. 1): Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.